ARMANDO GONÇALVES PEREIRA

DA RELAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

ÁTICA

DA RELAÇÃO LUSO-
-BRASILEIRA

ARMANDO GONÇALVES PEREIRA
Professor catedrático da Universidade Técnica
Sócio efectivo da Academia das Ciências

DA RELAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

∫

ÁTICA

À memória do Dr. JOÃO NEVES FONTOURA, grande paladino da Comunidade Luso-Brasileira, recordando o nosso longo diálogo verbal e escrito, durante muitos anos.

ÍNDICE

DA RELAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

I

O texto que agora se publica constitui, na sua essência, o tema que, há tempos, abordei na nossa Academia, correspondendo às exigências de efectividade de um sócio efectivo. Tendo de escolher um assunto, pareceu-me que poderia fazer o meu rápido e singelo depoimento sobre o grande problema da Comunidade Luso-Brasileira, relacionado com a presença dos Portugueses nas cinco partes do mundo, relação indispensável para dar a esse problema a extensão e o alcance que ele realmente tem.

Espero que esta breve palestra, transformada num pequeno volume editado pela *Ática,* terá alguns leitores no Brasil, evidentemente mais in teressados pelo assunto do que pelo autor.

Pessoalmente, conheço muito bem a alta cultura e a enorme receptividade do escol brasileiro

para o tema que me propus versar. Todos os que entraram em contacto com as terras e as gentes do Brasil sabem perfeitamente que há um conteúdo real mais do que histórico (por ser profundamente humano e sentimental) na chamada relação luso-brasileira. O que a este fundo tem faltado é a convivência contínua, o diálogo permanente, o mútuo auxílio efectivo, um profundo conhecimento recíproco dos problemas, das divergências, das necessidades, das vontades.

É falando que a gente se entende, diz o velho provérbio luso-brasileiro, e embora a conversa fiada não tenha qualquer valor, algum interesse poderá ter uma conversa escrita por um Português que, logo no seu primeiro encontro, se deixou enfeitiçar pelo Brasil.

II

Como todos sabem, estamos unidos ao Brasil não apenas por sólidos laços históricos, mas também pela poderosa contribuição dada para a sua formação populacional e pela presença actual de uma colónia importantíssima de nacionais Portugueses.

A estes factos inegáveis se deverão imediatamente juntar os valiosos elementos comuns que são a Língua, o Catolicismo e o Multirracialismo.

Mas a este fundo comum vêm antepor-se, por outro lado, inúmeras diferenças, todas elas felizmente com carácter de complementaridade que

não tornam difícil, antes aconselham, a união, o acordo, o entendimento.

Repito: na minha opinião, a maior dificuldade consiste no grande e grave desconhecimento mútuo e na falta de um esforço dinâmico e criador capaz de transformar as palavras em factos, as promessas em realizações, as divergências em convergências, a fantasia em realidade, o amor platónico na amizade verdadeira e construtiva. Neste vasto e importantíssimo assunto, fala-se constantemente, mas actua-se raramente.

Os próprios Acordos não se transformam em farrapos de papel, mas ameaçam assustadoramente vir a ser poeira verbal ou letra morta, destituídos do poder ou do desejo de execução.

III

Contudo, ninguém ignora que os vários documentos diplomáticos assinados foram negociados com boa fé, subscritos com entusiasmo, aceites com plena autonomia de vontade.

Como se pode considerar que não tem qualquer espécie de significado o acordo político que reconheceu a Comunidade e que veio dar ao Brasil extensão mundial e a Portugal enorme territorialidade? Como se justifica que uma Língua que todos falam e escrevem e reconhecem ser património comum, venha a tropeçar com peque-

nas questiúnculas de ortografia e de fonética? Como se pode admitir que quase ninguém conheça em Portugal as extraordinárias manifestações culturais do Brasil moderno e ao mesmo tempo se feche, por completo, a porta de acesso do livro português no Brasil? Que estranha força é esta que leva os Brasileiros a recusar as vastas entradas que desinteressadamente lhes facilitamos em África e na Ásia e o nosso convite para, de braço dado, transformarmos naquelas extensas terras o homem da selva num ser civilizado? Como pode o Brasil ser indiferente à perda das posições luso-brasileiras no Mundo? Onde estão os eminentes professores brasileiros que nos trazem a sua lição, os famosos escritores que nos enviam os seus romances e os grandes poetas que nos vêm dizer os seus versos?

É necessário insistir naquilo que parece ser uma evidência: os dois países não se podem entender sem primeiro se conhecer. Mas o mútuo conhecimento não pode ser nem fugaz, nem superficial, nem retórico, nem protocolar. Tem que resultar de uma verdadeira interpenetração social gerada por uma forte cadeia de sentimentos, necessidades e interesses e auxiliada por potentes instrumentos de aproximação e de intercâmbio.

Esta grande obra nem pode resultar apenas do esforço de alguns, nem virá a concretizar-se na acção passageira de um limitado espaço de

tempo. Ela exige um longo esforço, onde constantes achas venham permanentemente atear a velha chama existente.

Julgo que nenhum movimento sério de aproximação luso-brasileira poderá vingar, sem se começar pelo princípio, isto é, sem o contacto assíduo das duas juventudes.

Para este efeito, a troca de estudantes recebidos no seio de famílias de nível social aproximado, é certamente um meio eficaz. O intercâmbio de bolseiros, de professores, de investigadores, de conferentes, não pode deixar de ser vantajoso. A equivalência de diplomas, o livre exercício de profissões liberais, a utilização recíproca de técnicos e de operários, são tudo meios valiosíssimos da formação de uma comunidade.

Para mais, aquilo que os Brasileiros consideram em Portugal como anacrónico e decrépito, também como tal é considerado hoje pelos jovens Portugueses, incluindo os muitos que, sem embargo dos seus cabelos brancos, mantêm o espírito progressivo e renovado e conservam a juventude de espírito...

IV

É todavia certo que esta Comunidade nunca poderá vir a ser qualquer coisa de positivo e de real, enquanto o Brasil se não convencer de que, para ser uma grande potência, necessita de

possuir, directa ou indirectamente, posições--chave noutros continentes e enquanto também nós, os Portugueses, não compreendermos que na política mundial dos grandes espaços e das grandes massas, que é a actual, temos de formar um conjunto territorial e populacional que se não afaste muito da casa dos cem milhões, por ser esta a medida que, justa ou injustamente, o mundo parece exigir para que uma Nação possa pesar no conjunto universal. Isto não significa, naturalmente, que as pequenas nacionalidades não poderão viver e sobreviver, mas apenas que não poderão querer ingressar no clube dos grandes (alguns dos quais são aliás gigantes com pés de barro).

V

A atitude assumida pelo Brasil, no início do tristíssimo caso de Goa, constituiu sintoma animador.

Mais tarde, porém, pessoas responsáveis brasileiras, alegando que querem tomar uma posição anticolonialista (talvez para vestirem o figurino da moda) parecem querer estar em oposição a Portugal.

Este lamentável equívoco já custou aos Portugueses muito suor, sangue e lágrimas.

Os homens de Estado do Brasil, que são personalidades com cultura e bom senso, não se

devem deixar enganar, confundindo alhos com bugalhos.

Para além do argumento histórico que confirma a unidade dos territórios portugueses, há o facto inegável de que a nossa África não está preparada para a emancipação. Não supomos que se ela estivesse ou quando estiver, lhe possa ser negada.

O triste exemplo do que se está a passar no vasto continente onde pululam Estados de fachada ou novas formas de colonialismo, não pode ser lição para ninguém.

Mas entregar, desde já, as nossas terras de Angola ou de Moçambique a esses Holdens, Netos, Andrades e outros que tais, para os quais o exemplo a seguir é o de Lumumba ou de Ben Bella, será converter aqueles territórios em caos irremediável, fornalha inextinguível, ruína permanente.

Será Portugal verdadeiramente culpado em que os territórios africanos portugueses não estejam de facto, neste momento, preparados para a emancipação política e social e para a independência económica?

É necessário ver este problema com objectividade, seriedade e fora de qualquer clima passional.

A ocupação militar dos nossos territórios terminou pràticamente nos começos deste século, através das chamadas campanhas coloniais que embora se destinassem a manter a soberania,

também serviram para libertar as populações indígenas da tirania dos régulos, sobas e sobetas que em muitas regiões reinavam despòticamente, usando e abusando dos seus poderes de chefia.

Em muitas zonas — como, por exemplo, no Sul de Angola — a pacificação só veio a fazer-se no decurso da primeira guerra mundial e muito mais tarde veio ela a realizar-se noutros pontos, como na Guiné, que Teixeira Pinto pacificou definitivamente apenas em 1923.

Mas a ideia de contribuir para o progresso económico dos territórios e para a emancipação política e social das populações, nunca abandonou os Portugueses e a obra realizada nos últimos sessenta anos, na nossa África, pode demonstrá-lo, a meu ver, irrefutàvelmente.

Sob o aspecto económico, temos que fazer uma distinção entre a acção exercida pelo Governo e pelo Estado e a que foi levada a efeito pelas Empresas e pelos colonos.

Não é este o lugar próprio para se discutir devidamente tão complexo problema. O Estado efectuou, em África, um grande esforço, tomando a seu cargo a realização quase exclusiva de obras de infra-estrutura e contribuindo poderosamente para a prosperidade de muitas Empresas, sobretudo as concessionárias.

Se alguma acusação pode ser formulada contra o Estado e os seus agentes em África, na sua política económica, é a de não ter recorrido mais

cedo ao crédito estrangeiro para uma eficiente política geral de fomento, a de ter afastado, sem razão, muita colaboração estrangeira e também a de ter sido demasiado complacente para com certas sociedades comerciais, não transformando, pela tributação, em réditos do Estado aplicáveis ao bem comum, os seus excessivos lucros.

Mas nada disto pode constituir uma acusação séria no domínio internacional e em face da política económica comparada, pois de igual modo procederam outros Estados.

A África é um vasto continente muito desigual quanto às suas aptidões naturais, e os nossos territórios não são, sob este aspecto, os mais valiosos. A transformação económica desses territórios só pode ser feita pelas grandes organizações económicas internacionais com os seus poderosos recursos financeiros, e a verdade é que é a elas que recorrem os novos Estados Africanos. Outrora em poder de ricos e poderosos Estados — estão todas essas terras em estado de subdesenvolvimento económico, pelo que não é justo que se atribuam apenas a Portugal responsabilidades pelo subdesenvolvimento dos seus territórios ultramarinos.

Se passarmos do domínio económico para o político, a situação é diferente.

A ideia da autonomia dos territórios, no duplo aspecto administrativo e financeiro, dominou os dirigentes portugueses nos começos deste sé-

culo, como se vê pelos trabalhos do Congresso Colonial da Sociedade de Geografia de 1901.

A reforma que Aires d'Ornelas promulgou em 1908, em relação a Moçambique, demonstrou de um modo claro o desejo de descentralizar.

Com a proclamação da República, esta orientação desenvolveu-se notàvelmente, como no-lo comprovam as Bases Orgânicas de 1914 e as subsequentes Cartas de 1917.

É certo que posteriormente esta Administração ultramarina se encaminhou num sentido mais centralizador, num critério, a meu ver, infeliz, iniciado por João Belo.

Mas as recentíssimas reformas, há poucas semanas promulgadas, retomam o caminho anterior e dão aos territórios uma autonomia administrativa e mesmo política muito mais ampla.

Falta portanto saber porque é que Portugal se tem recusado a dar aos seus territórios imediata independência política.

Além dos argumentos apresentados (alguns dos quais, no meu modo de ver, não são válidos) a resposta a dar parece-me que deve ser esta: a independência política não se concede como uma simples doação, nem se conquista pela força das armas. Ela só é possível quando se encontrem realizados os requisitos mínimos de maioridade política, tais como recursos económicos suficientes, população com uma educação cívica mesmo

rudimentar, presença de *élites* organizadas para o governo político, económico e administrativo.

Ora a ausência de tais *élites* na África Portuguesa, não é, como vamos ver, da inteira responsabilidade de Portugal.

Centenas de Africanos Portugueses educaram-se e formaram-se na metrópole, atingindo, em todas as carreiras, altas situações e elevados postos. Mas todos eles, dentro do nosso sistema da não discriminação racial, integraram-se no conjunto nacional português, desinteressando-se, em regra, das suas terras natais, cuja separação aliás da Metrópole eles nunca chegaram a conceber.

Eis a razão pela qual foi sempre difícil formar *élites* locais no Ultramar africano.

Esperamos que a recente criação do ensino universitário em Angola e Moçambique, permita a rápida formação de tais *élites,* sem as quais o progresso económico e político das Províncias será impossível.

VI

A grande maioria dos Brasileiros não conhece a nossa África e porventura o próprio vasto continente negro. É pena. A leitura da conhecida

obra de Gilberto Freire, ainda que simples crónica de viagem, podia ser útil, como útil seria o conhecimento e a adesão à sua teoria do luso-tropicalismo.

Todos nós os que conhecemos a África, fazemos uma ideia possìvelmente do que se passou, do que se passa e daquilo que provàvelmente se virá a passar neste vasto Continente que, além, de ser povoado por gente escura, está ele próprio a escurecer e a eclipsar-se.

Foi no decurso da primeira Guerra Mundial que a Inglaterra, por iniciativa aliás de Smuts, aventou a ideia da emancipação dos territórios africanos pela outorga gradual da independência às antigas colónias alemãs. Mas como tais territórios não estavam preparados para a emancipação, surgiu o sistema dos Mandatos, pelos quais as potências mandatárias deveriam precisamente ir educando polìticamente esses territórios e só depois conceder-lhes a independência.

Esta ideia básica — *dar emancipação aos territórios para tal preparados* — é tão simples, tão real, tão verdadeira que entra pelos olhos de toda a gente.

Ora os Ingleses e os Franceses conseguiram em África e dentro dos territórios sob seu domínio, criar certas estruturas económicas e formar pequenos escóis intelectuais e políticos.

Era isto suficiente para se dizer a esses ter-

ritórios que se governassem sòzinhos e por si próprios? É muitíssimo discutível, não só porque assim largados à sua própria sorte, tiveram logo que pedir auxílio alheio, mas ainda porque os novos senhores dos recentes Estados africanos gostam imenso de ser Ministros, Embaixadores, Delegados às Nações Unidas, mas — salvas raríssimas excepções — sabem tudo, menos governar ou administrar. Os factos demonstram que em alguns destes novos Estados surgiu um feroz neo--colonialismo, conduzido por um pequeno grupo de dirigentes negros que se preocupam apenas com uma política pessoal, deixando os grandes problemas dos seus territórios aos diferentes grupos europeus e americanos, que indirectamente os dominam, dando a falsa impressão de serem dominados.

Quando ùltimamente estive em alguns desses jovens Estados Africanos, encontrei Ministros cuja cultura difìcilmente excederia a dos nossos Regedores e Chefes de Posto africanos portugueses. A antigos pequenos empregados do Estado ou das Empresas têm sido confiados, não obstante a sua total impreparação, altos cargos ministeriais e de administração.

A libertação política de tais territórios era para a Inglaterra e para a França uma necessidade interna para dar satisfação respectivamente ao trabalhismo e ao socialismo. Não foi de resto o Partido socialista belga quem se bateu pela

independência prematura do seu Congo, criando o maior sarilho africano de todos os tempos?

Os Brasileiros têm a obrigação de saber que o caso da África Portuguesa é diferente.

Nós não temos em Angola e em Moçambique nem uma situação política, económica e social que justifique para já a independência, nem *élites* políticas ou administrativas que possibilitem uma emancipação. Este é um facto real e verdadeiro, que o Brasil deve conhecer antes de se pronunciar.

O que há portanto a fazer é, como já atrás dissemos, criar o condicionalismo necessário, e só depois falar-se de emancipação, se não queremos repetir na África Portuguesa a tragédia do antigo Congo Belga.

Não acha o Brasil que é profundamente ridículo e imensamente perigoso entregar tão vastas terras a pessoas que não fazem a menor ideia do que seja governá-las, que as populações negras de Angola não desejam nem conhecem e que viveram sempre no estrangeiro e do estrangeiro e fazem da política revolucionária o seu modo de vida e rendosa profissão?

VII

Que a maior parte dos países, no plano internacional, não cheguem a compreender a nossa tese de unidade política com o Ultramar, com-

preende-se porque eles ignoram e, em boa verdade, não têm obrigação de conhecer a nossa História; mas o que chega a ser incrível é que o Brasil, neste puro domínio dos princípios, não nos dê razão, pois os Brasileiros sabem perfeitamente que o que determinou o movimento das descobertas e das conquistas de além-mar foi, para os Portugueses, a dupla necessidade de completar a unidade geográfica ocupando terras noutros continentes e de criar uma nação pluricontinental que, na Península Ibérica, se opusesse com igual poder a uma Espanha unificada. Isto significa que a Nação portuguesa terá uma vida dificílima reduzida ao seu território europeu, pelo que o problema para ela não é apenas de perda de domínio, mas de sobrevivência.

Os motivos históricos que, portanto, determinaram os Portugueses a colonizar são diferentes dos que, com o mesmo sentido, mas com um fim diferente, levaram Ingleses, Franceses e Holandeses, por esse mundo fora, no seu esforço colonizador.

Por outro lado, o Brasil não ignora, *e com o seu próprio exemplo,* que Portugal não nega a independência aos territórios para ela preparados, ainda que com sacrifício da unidade e intercontinentalidade que gostaria de manter no todo nacional.

Mas a questão fundamental em que o mundo

confunde Portugal com as outras nações colonizadoras em África, é a racial.

Como pode o Brasil calar-se nesta matéria, que tão bem conhece? Como permite o Brasil que se esqueça ou finja esquecer o extraordinário sistema brasileiro da miscigenação que a própria Unesco já invocou como exemplos e lição? Como podem os Brasileiros negar a evidência, isto é, de que os Portugueses, durante séculos, amaram as mulheres de cor, conviveram fraternalmente com o negro e com o índio, não se julgaram superiores a outras raças ou outras cores e deram força poderosa a todas as formas de mestiçagem?

O Brasil sabe, porque ninguém o ignora, que a questão fundamental posta na chamada África para os Africanos, é a questão étnica. É em nome de um longo ressentimento recalcado, de uma injusta separação étnica de séculos, de uma falsa superioridade congénita do branco sobre o preto, da recusa ao indígena do acesso ao grupo dirigente que resultou, na África actual, o estado psicológico de aversão ao branco que se nota nas novas nações do continente negro. Aversão não raciocinada, puramente sentimental; aversão injusta pelo seu carácter generalizado; aversão altamente prejudicial para os próprios povos negros; mas aversão, em certa medida, compreensível por parte de alguns, em face do comporta-

mento e da atitude dos Ingleses, de certos Franceses, de todos os Boers e Alemães.

Mas este tipo de aversão não existe, nem tem razão para existir, na África Portuguesa.

Poderão dizer que os recentes acontecimentos de Angola parecem provar o contrário. Estou convencido de que não.

O que há dois anos se passou em Angola foi coisa diferente. O poder de persuadir certos núcleos primitivos de pretos angolanos com algumas falsas ideias como, por exemplo, a de que matar e roubar o branco é acto meritório, ou de que as balas do branco não atingem o preto iniciado, constitui produto de influência psicológica muito semelhante à que se pode exercer sobre as crianças, sobre os seres imaturos, os abúlicos e fracos de vontade. É bem verdade que o preto iletrado da nossa África é uma criança grande.

É o terrível poder de persuasão e de domínio psicológico que leva muitos jovens a considerar que é para eles um bem cultivar o mal e o crime que praticam. É o triste drama da delinquência juvenil.

Em planos diferentes, mas semelhantes, o terrorismo africano parece-se com a criminalidade infantil, e como esta terá que ser combatido, mais por métodos educativos e reeducativos do que punitivos.

O Brasil, que conhece o homem da Favela, sabe que isto é assim.

VIII

O enorme continente negro continua, ao sul do Sahará, a ser povoado por massas humanas que vivem em regime tribal. Além das afinidades de tribo, as ligações religiosas ou pseudo-religiosas desempenham papel primacial. A economia dominante é a de subsistência.

No puro aspecto social, as massas indígenas difìcilmente se sentem atraídas por uma obra de educação geral, de tal modo andam mergulhadas na trama complexa dos seus usos e costumes inveterados, de inúmeras crendices, da acção nefasta dos bruxos e feiticeiros e da poderosa influência dos curandeiros.

Na África Portuguesa, a educação geral dos indígenas foi desde sempre entregue aos missionários religiosos portugueses e estrangeiros. Poderemos talvez dizer com verdade que os resultados estão longe de ser maravilhosos.

Mas em grande parte da África Nova, não se observam resultados diferentes. Se exceptuarmos as antigas colónias francesas, em quase todos os novos Estados os homens cultos contam-se pelos dedos e os filhos das Missões ostentam o seu ateísmo, para além da sua imensa ignorância. Que o digam os que, como eu, já frequentaram o famoso clube das Nações Unidas.

IX

A ideia de uma Comunidade Luso-Brasileira, alicerçada em evidentes afinidades históricas, étnicas, linguísticas e religiosas, não poderá porém ser uma realidade enquanto se não compreendam e se aceitem, num plano superior, as diferenças evidentes que separam os dois países.

Portugal, reconhecendo que tem um regime político diferente do brasileiro, não procura todavia impor o seu sistema a ninguém. O Brasil, seguindo o discutível processo do desenvolvimento económico pela inflação, não pode querer que Portugal, apenas para lhe ser agradável, siga o mesmo caminho, arruinando a sua moeda e a sua posição financeira; a industrialização do Brasil tem fatalmente de se operar em face da vastidão do território, da enormidade populacional e da criação de um vasto mercado interno. Portugal estrutura as suas indústrias em moldes diferentes, procurando aproveitar os seus recursos naturais, melhorar a sua balança comercial e de pagamentos, poupar divisas, melhorar o nível social das populações.

Mas embora caminhando em sentidos diferentes, as duas economias apresentam hoje maior carácter de complementaridade. Há que estudá-la atentamente, no duplo propósito de aceitarmos, em igualdade de género e de preço, o produto brasileiro em Portugal e de o compen-

sarmos com os artigos portugueses que possam interessar ao mercado brasileiro. Dizemos compensar, enquanto o Brasil não consiga sanear a sua moeda.

Mas fundamentalmente é necessário que, acima de tudo, nós, os Portugueses, acreditemos e confiemos no Brasil, reconhecendo que se trata já de uma poderosa Nação, que virá a ser no futuro um país importante para os destinos do mundo. E indispensável é também que os nossos Amigos Brasileiros reconheçam que têm aqui as suas raízes verdadeiras, e que nunca confundam Portugal com a Galiza, nem se esqueçam de que os Portugueses também são gente, gente boa, ordeira, pacífica, honestíssima, trabalhadeira...

Para usarmos uma expressão corrente, podemos efectivamente dizer que existe actualmente um contencioso Luso-brasileiro que urge liquidar.

Esse contencioso desdobra-se em três aspectos — o político, o económico e o cultural.

No domínio político, a orientação seguida por Janio Quadros, do chamado neutralismo positivo e anticolonialismo português, não pode ser aceite pelo Brasil porque a sua consequência imediata será a diminuição das posições luso-brasileiras no Mundo. Sob este aspecto, ao Brasil, mesmo se entender que deve defender a independência dos territórios africanos portugueses, cabe-lhe pugnar para que isto se faça no momento oportuno

e sem que os territórios venham a ser inimigos do conjunto luso-brasileiro.

Sob o aspecto económico, deve procurar acentuar-se o carácter de complementaridade das duas Nações, até pelo estudo associado dos seus planos de desenvolvimento.

Enfim, no aspecto cultural todos reconhecemos que o caminho a percorrer é vastíssimo. Para além do mais, há esse grande e eterno problema da Língua que todos falamos e que talvez seja ainda a razão mais profunda para nos entendermos e nos amarmos.

A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

X

PORTUGAL NAÇÃO PLURICONTINENTAL E MULTIRRACIAL

Quando, no final do séc. XII, se constituiu a nacionalidade portuguesa, a formação territorial cobria, como todos sabem, uma zona pequena, pobre e despovoada, dentro do conjunto peninsular. Os conhecidos estudos de Herculano, de Lúcio de Azevedo, de Gama Barros e os ensaios contemporâneos dos professores David Lopes, Rui de Azevedo, Damião Peres e Torcato Soares, dão-nos uma ideia exacta do que foi a Monarquia Agrária vigente em Portugal, no decurso dos primeiros três séculos.

No Portugal desses tempos iniciais, segundo Herculano, «a cultura cingia apenas as povoações acasteladas: o mais era um deserto»!

Apesar do alargamento territorial por virtude de sucessivas conquistas, o quadro económico e social era manifestamente precário. A situação da lavoura, em pleno século XIV, apresentava-se angustiosa, e a Lei das Sismarias não a conseguia modificar. Como escreveu Lúcio de Azevedo, «na sucessão dos reinados, a grande casa inicial, acumulada na conquista, se fora pouco a pouco desmembrando e, por fim, de expedientes se mantinha, aguardando a falência de que a surpresa dos descobrimentos provisòriamente a salvou».

Efectivamente, em legítima defesa, as povoações arrastam-se no sentido do mar ou junto das margens dos rios; fundam-se as *Póvoas Marítimas,* que Alberto Sampaio tão bem descreve. A tomada de Lisboa assegura o domínio do litoral e do mar livre, ao passo que um conjunto de excelentes portos facilita o tráfico marítimo. Após três séculos de cabotagem e de comércio costeiro, Portugal vai procurar resolver a sua crise, tentando a aventura do Mar.

Crise ao mesmo tempo económica e política. Há que completar os insuficientes recursos territoriais indo buscar aos outros continentes novas riquezas. Há também que assegurar a independência nacional, que está ameaçada de ser absorvida pela próxima unificação da Península. A uma Espanha territorial e demogràficamente poderosa, que pode querer absorver Portugal por necessitar de uma ampla saída para o

mar, há que opor uma nação marítima, comercial e ultramarina, forte pelas suas posições multicontinentais e capaz de enfrentar qualquer vizinho.

Todos estes factos históricos e geográficos constituem, a meu ver, a génese política do Estado Português e asseguram a autonomia geográfica da nacionalidade. Para a alcançar, lançaram-se os Portugueses na gloriosa epopeia das Descobertas e das Conquistas; desenvolveram extraordinàriamente os seus conhecimentos geográficos, náuticos e astronómicos; sacrificaram aos interesses da colonização externa as necessidades da colonização interna; criaram enfim uma Nação de estrutura original, pluricontinental, multirracial, rica em posições topográficas, virada para o humanismo e o universalismo, garantida pela livre vontade de vários povos de aceitar a mesma soberania.

Os séculos demonstraram que esta Nação, não obstante a sua ubiquidade, era pollticamente viável e perfeitamente estável. Mesmo depois da separação do Brasil, Portugal continuou a manter-se autónomo, graças às posições marítimas dominantes que ocupou e conservou.

Nunca é demais insistir na importância excepcional destas posições topográficas espalhadas pelos quatro continentes e constituindo, por vezes, autênticas chaves da circulação internacional.

Recordemos, em primeiro lugar, que numa época em que havia o chamado domínio dos mares, a mais poderosa esquadra do mundo do tempo descia até à Baía de Lagos para aí realizar as suas manobras, por ser esse o vértice do triângulo estratégico Lisboa-Horta-S. Vicente; lembremo-nos de que, ainda hoje, o nosso porto de Lisboa é o local preferido para que as esquadras norte-americanas do Atlântico e do Mediterrâneo se substituam. Não nos esqueçamos de que o Arquipélago Açoriano teve papel primacial na defesa contra ataques submarinos na segundo guerra mundial; não olvidemos que o cabo submarino, para atravessar o Atlântico, teve que se apoiar nessa posição oceânica excepcional que é o nosso Arquipélago cabo-verdiano. Notemos que, ainda hoje, os Açores e Cabo Verde são apoio aéreo importante para a ligação da Europa com as Américas do Norte e do Sul. Enfim, ninguém desconhece que novas e já hoje poderosas nações africanas — refiro-me à Rodésia do Norte, às Repúblicas do Congo, à Niassalândia, à Rodésia do Sul e à parte da União Sul-Africana — não encontram acesso directo para o mar senão através de terras portuguesas. Ninguém desconhecia a posição de Goa e do seu porto de Mormugão, como escoante natural da Península indostânica.

Que direi de Timor, que, no decurso da última guerra, foi sucessivamente disputado por Japoneses, Ingleses e Australianos? Como esquecer o

valor estratégico dessa janela aberta sobre a velha muralha da China que é a nossa pequeníssima cidade de Macau?

Portugal, pela intercontinentalidade e universalidade dos seus territórios, tornou-se, dentro da Europa, uma Nação de valor estratégico incalculável. Se outras provas não houvesse, bastaria a aliança inglesa para o comprovar, pois ela veio a ser uma necessidade para a Inglaterra, enquanto esta possuía um Império, garantido pelo domínio do mar.

Durante mais de quatro séculos, este conjunto territorial, pòlìticamente autónomo, manteve-se, estruturou-se e consolidou-se. Mas é evidente que o seu destino ulterior depende, por um lado, da vontade de Portugal e dos Portugueses e, por outro lado, da evolução mundial.

Que é desejo firme dos Portugueses, nas cinco partes do mundo, de que este todo territorial continue sob a égide da sagrada bandeira das quinas, nenhuma dúvida podemos ter. Seria suficiente para o demonstrar a completa ausência, em qualquer ponto da terra portuguesa, de um movimento separatista ou de secessão. (A este propósito, devo desde já dizer que não podemos aceitar a presença de certos sujeitos que, em reuniões internacionais africanas, se apresentam como pretensos representantes de movimentos separatistas portugueses. Em primeiro lugar, falta-lhes autoridade e legitimidade, pois nin-

guém os designou para tais funções; a seguir, arvoram-se em mandatários de movimentos que, em verdade, eles próprios inventaram; finalmente, tais indivíduos são, em regra, aventureiros, e factos recentes demonstram que a acção dos aventureiros em África fàcilmente passa de uma simples comédia local a uma verdadeira tragédia universal).

Todavia o problema que se põe não é esse: é, sim, o de se saber se em face da conjuntura internacional poderá Portugal manter indefinidamente a integridade dos seus actuais territórios, nas diversas partes do mundo.

XI

AUTONOMIA GEOGRÁFICA E POLÍTICA DE PORTUGAL

Este delicado problema pode ser visto sob diversos ângulos. Seja-nos permitido encará-lo através dos instrumentos de análise que nos são mais acessíveis — a Geografia Política, o Direito Internacional Público, a Política Económica Internacional.

A Geografia Política, esse departamento científico em que se cruzam certos princípios das ciências geográficas, políticas e históricas, é muito antiga, pois data dos tempos de Ritter. Mas, no decurso deste século, foi sob a sua égide

que se fizeram e refizeram, em parte, os mapas mundiais.

As doutrinas de Vidal de la Blache, de Jean Brunhes e Camilo Vallaux exerceram papel importante na concepção geopolítica da antiga Sociedade das Nações e consequente criação de novos Estados europeus; foi invocando Ratzel e a sua famosa escola do Espaço Vital que os Alemães desencadearam a segunda guerra mundial, cujo ideário geográfico foi, em grande parte, confiado a Karl Haushofer, professor da Universidade de Munique, que aí criou e desenvolveu o seu *Institut für Geopolitik* e teve como colaboradores Otto Maull, Ewald Banse, Hennig e outros. Mesmo antes de rebentar a guerra, já os geógrafos franceses Emanuel de Martonne, Alberto Demangeon e Jacques Ancell, haviam denunciado as actividades daquele Instituto como pseudo-ciência preparatória de guerra. Essa mesma acusação era pùblicamente feita, a partir de 1942, pelos geógrafos norte-americanos sob a chefia de Isaías Bowman.

Enfim, após Bowman, surgiu, nos Estados Unidos, a Escola da Universidade de Yale, chefiada por Ellsworth Huntington, que tão grande influência exerceu em certos meios universitários americanos.

A verdade é que o grande problema que, hoje como outrora, preocupa os *geopolíticos* é o próprio conceito do território, como base essencial

para a autonomia de uma Nação e daquilo que eles denominam as fronteiras naturais.

Surge aqui, em toda a sua extensão e importância, o alto papel da chamada Escola Talassocrática, a que alguns escritores, designadamente Camille Vallaux e A. Demangeon, já deram a sua adesão e que considera como base geográfica territorial perfeitamente unificada e contínua as terras das costas opostas ligadas pelo mar, o qual, por sua vez, também estabelece conexão com as formações insulares e peninsulares.

Não é agora o momento de reeditar a tese da autonomia geográfica de Portugal, que já tive a honra de expor e discutir na Academia, há longos anos.

Afirmemos apenas novamente que, dentro dos próprios conceitos da Geografia Política moderna, a base territorial de uma nação portuguesa multicontinental e insular está perfeitamente assegurada. Todos situados nas orlas litorais ou apresentando-se como arquipélagos oceânicos, os territórios portugueses não se encontram desligados, porquanto o mar une, liga, unifica e atrai entre si todas as terras periféricas em cujos rios interiores se prolonga a acção marítima. O Mar desempenha no conjunto territorial português a mesma função que o tecido sanguíneo no organismo humano: é o agente vital, metabólico e circulatório por excelência.

Como sucede com a Inglaterra e com o Japão,

Portugal é um Estado formado por parcelas territoriais ligadas e unidas pelo mar.

XII

O ESTADO PORTUGUÊS E A POLÍTICA DOS GRANDES ESPAÇOS — AS COMUNIDADES

A existência de uma nação pluricontinental parece assim perfeitamente possível à face da melhor doutrina moderna da Geografia Política. Que esta nação possa, ao mesmo tempo, ser multirracial, não oferece dúvida, pois é princípio incontroverso que o factor étnico não pode por si próprio discriminar qualquer conjunto nacional. Para mais, é facto histórico irrefutável que Portugal criou-se, desenvolveu-se e manteve-se sob o lema da não discriminação racial, em grande parte porque nasceu e se expandiu sob o signo e égide de Roma. Em verdade, os Portugueses, possuindo eles próprios um amálgama étnico em que, através dos tempos, se encontraram e cruzaram as mais diversas raças, nunca sentiram aversão pelas chamadas raças inferiores e, seguindo a doutrina do Catolicismo, sempre consideraram o homem como um ser feito à imagem e semelhança de Deus. A mestiçagem constituiu processo natural de continuação demográfica e, ao mesmo tempo, a política de convivência e conciliação das raças foi a base da colonização portu-

guesa, de que é exemplo flagrante o caso do Brasil, como já atrás disse. Mais ainda — como afirmou o Prof. Orlando Ribeiro — o Português, por onde passou, sentiu-se sempre atraído pelos povos de cor, pelas mulheres de cor.

Por outro lado, não se pode negar a validade de um conjunto nacional como o português, dada a fusão de vontades das massas populacionais que ocupam os territórios cobertos sob a nossa bandeira. É princípio assente do Direito Internacional Público moderno que o que garante a autonomia de uma nação e do consequente Estado, já não é a presença de um território bem delimitado, de uma raça autóctone ou de uma única religião: é, sim, a união de grupos humanos ligados pela comunhão de vontades, de interesses, de tradições e de aspirações comuns. O princípio dos povos poderem livremente dispor dos seus destinos é basilar. Basilar é também a regra, do Direito Internacional Público, de que é vedado a um Estado intervir em questões que são da jurisdição interna de outro.

Enfim, em face dos princípios geralmente aceites do Direito das gentes, podemos concluir que a formação de um conjunto nacional e de um Estado independente decorre do livre determinismo da respectiva grei. Por outras palavras: a Nação Portuguesa será, na sua estrutura e nas suas próprias dimensões, aquilo que os Portugueses de aquém e de além-mar quiserem que ela

seja, pelos tempos fora. Mas é evidente que esta unidade só se poderá manter pelo livre acordo e completa adesão de todos os povos integrados. A união de interesses e de vontades cimentadas pelo convívio, pela livre determinação, pela mútua compreensão, pelo justo equilíbrio de grupos e por intenso amor-pátrio e não pela força, poderá manter a presença portuguesa.

Mas, por outro lado, a formação de um grande espaço económico na Europa Ocidental em face dos grandes blocos políticos e económicos intercontinentais, parece ser imperativa.

Além disso, ninguém ignora que o movimento da integração económica europeia para vir a constituir uma força suficiente e para se poder defrontar com os restantes grandes espaços económicos mundiais, necessita de uma adesão completa dos 18 países que formam a metade livre do nosso continente.

Os relativamente bons resultados obtidos, primeiro, pela tentativa do Benelux, depois pela Comunidade do Aço e do Carvão e, finalmente, em dez anos seguidos, pela Organização Europeia de Cooperação Económica, levaram, como todos sabem, os principais países da Europa a formar, pelo Tratado de Roma, a Comunidade Económica Europeia, de que resultou o mercado comum.

Esperavam estas seis nações, subsequentemente, a adesão das restantes onze, mas, também por motivos de todos nós conhecidos, a tentativa

frustrou-se, tendo vingado, pela Convenção de Estocolmo, a formação da Associação Europeia do Comércio Livre, composta de sete Estados, entre os quais figura Portugal.

Ora esta situação, dividindo desde logo a Europa Ocidental em dois grupos distintos, está longe, mas muito longe, de facilitar a formação de um grande espaço económico na dita Europa Ocidental, antes lançará esta numa deplorável competição interna de grupos.

Por isso, a ponte entre os seis e os sete, parece imprescindível e, mais do que isso, a formação de um todo económico euro-ocidental virá, certamente, a ser consequência lógica e necessária de tantos esforços, tantas vozes, tantas conferências, tantos acordos, tantos grupos de trabalho.

Ponto melindroso é o de saber se a fusão se vai operar no sentido de preparar uma nova unidade política de conjunto, sem grave sacrifício da independência nacional de cada um dos parceiros ou se, ao contrário, estamos em presença de um movimento que acabará por formar pòlìticamente os famosos Estados Unidos da Europa.

Em qualquer hipótese, tudo indica que os tradicionais conceitos de Nação e Estado virão a sofrer ampla revisão, pelas constantes limitações que as exigências internacionais virão a impor a cada agrupamento nacional ou a cada estrutura estadual.

Desde logo, a ideia tradicional de que cada

Estado pode viver política e econòmicamente isolado, na sua torre de marfim, enfim sob forma autárcica, está condenada; do mesmo modo já se não pode assentar no conceito da Nação, através das noções didácticas dos compêndios de Direito Público.

Para se fortalecerem, os pequenos Estados já não podem confiar apenas no efémero jogo das alianças bilaterais ou multilaterais, ou das organizações económicas ou políticas internacionais.

Acima disso, os pequenos Estados e as pequenas Nações têm, por um lado, de se unir, se possível, naquilo a que se chama o agrupamento regional; mas, mais do que isso, elas precisam de se integrar, em sentido especial mais vasto, naquilo que, em terminologia política e económica moderna, se tem denominado a Comunidade.

Podemos agora, dentro desta linha geral do pensamento, afirmar que o futuro da Europa Ocidental não depende apenas da formação da Comunidade Económica ou Política europeia, mas também da viabilidade e do êxito em que, por um lado, se desenvolverem os agrupamentos regionais — o escandinavo, o do mercado comum, o ibérico, o grego-turco — e, por outro lado, tiverem eficiência prática e unidade de acção mundial, entre outras, as três Comunidades já formadas — a Comunidade Britânica, a Francesa e a Luso-Brasileira.

O que caracteriza, do ponto de vista do

Direito Internacional Público, estas três Comunidades? Falta-me o tempo para discutir, em toda a extensão, este vasto e complexo assunto. Mas desde já podemos afirmar que são todas dominadas por um acordo de livres vontades e conjugação de mútuos interesses. Entretanto, limitar-me-ei a dizer algumas palavras sobre a Comunidade que para a sequência desta exposição mais nos interessa — a Luso-Brasileira.

XIII

A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA. TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA

A Comunidade Luso-Brasileira, a meu ver, deve ser vista, no seu conjunto, através de três acordos ou tratados já assinados: o Tratado de Amizade e Consulta, o Acordo Cultural Luso-Brasileiro e o Acordo Ortográfico interacadémico. Em rigor, a estes documentos haveria que acrescentar a análise do acordo comercial e os arranjos sobre a emigração.

O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil foi assinado, no Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1953 e baseia-se no mútuo reconhecimento das afinidades espirituais, morais, étnicas e linguísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Portuguesa à Nação Brasileira.

Três aspectos fundamentais resultam deste Acordo Diplomático: em primeiro lugar, o reconhecimento da existência jurídica da própria Comunidade Luso-Brasileira; em segundo, a mútua consulta sobre problemas internacionais de interesse comum e, em terceiro lugar, a criação inédita da categoria de «quase nacional», que cada Estado dá aos cidadãos do outro.

É evidente que este Tratado, de natureza essencialmente política, se completa pelo Acordo Cultural e pelos Acordos Ortográfico e Comercial.

As perspectivas criadas pelo Acordo Cultural têm que ser acalentadas com carinho, estimuladas com energia e dinamismo, realizadas com espírito construtivo e patriótico. É preciso não esquecer que, nos últimos anos, temos tido, neste domínio, uma séria competição da parte de países que pelo simples facto de possuírem afinidades idiomáticas com outros povos da América Latina, julgam que se devem sobrepor a Portugal nas suas relações culturais com o Brasil. Estabelecido em 1951 e regulamentado em 1954, o Tratado Cultural já provocou troca de bolseiros, professores e investigações e permuta de livros. Mas o que neste domínio ainda há que fazer é imenso.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que o Brasil caminha justamente pelo seu pé e a passos agigantados nos vários domínios da cultura,

isto é, na Literatura, em Arte, nas Ciências exactas e experimentais, nos sectores da arquitectura, do urbanismo e mesmo da indústria. Em muitos destes ramos, já nada tem a aprender com Portugal! Mas, pelo nosso lado, podemos levar ao Brasil a riqueza documental dos Arquivos que interessam à própria história brasileira; podemos talvez contribuir para o progresso da cultura brasileira em certos aspectos, como nos altos estudos jurídicos, económicos, cartográficos e afro-asiáticos.

Acima de tudo, porém, onde Portugueses e Brasileiros se deverão encontrar na realização de um esforço mútuo é no estudo e na difusão da Língua, que é, incontestàvelmente, o património comum.

Não é este o momento próprio para nos referirmos às vicissitudes que sofreu o chamado Acordo Ortográfico. Recordemos apenas, nesta matéria, o ingente esforço desta Academia e em especial do seu falecido Presidente de Honra Dr. Júlio Dantas e dos eminentes confrades da Secção de Filologia, Professores Cordeiro Ramos e Rebelo Gonçalves. Afirmemos ainda que, neste capítulo, Portugal fez o mais que pôde e, pela sua parte, cumpriu a palavra que deu e o contrato que subscreveu.

O importante é partir da base de que possuidores de uma riqueza comum que é essa maravilhosa Língua Portuguesa, Portugueses e Brasi-

leiros têm, acima de tudo, o dever de a proteger, revigorar e expandir. Seja-me permitido dizer duas palavras sobre este último aspecto da expansão da nossa língua.

XIV

EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa é falada por cerca de noventa milhões de pessoas, em todos os continentes e por indivíduos das mais diversas raças, religiões e cores. Como tive ensejo de dizer no Brasil, podemos dar a volta ao mundo falando o Português, por vezes em inúmeras formas dialectais e subdialectais. Enriquecida pelo contacto com outros povos e outras terras, David Lopes demonstrou a influência recíproca que tiveram a língua portuguesa e os idiomas arábicos.

Monsenhor Rodolfo Delgado, nosso falecido confrade, no seu conhecido *Glossário*, documentou a interpenetração do Português e das diversas línguas orientais. Inúmeros filólogos brasileiros têm provado a grande riqueza de vocábulos úteis que no Brasil enriqueceram a nossa língua.

Mas é indubitável que esta extraordinária riqueza — elemento máximo de unidade de tudo o que é Português ou afim de Portugal e do Brasil — não tem sido devidamente protegida.

Falta-nos o Dicionário Oficial da Língua,

falta que espero esta Academia acabará por suprir; escasseiam as nossas *élites* de filólogos, gramáticos, lexicógrafos, etimologistas indispensáveis; não temos nem professores nem escolas em tantos sítios onde deveriam existir; não possuimos as publicações de cultura popular que levem uma constante mensagem de Portugal aos Portugueses do Mundo. Uma verdadeira obra de defesa e expansão da Língua Portuguesa deve constituir tarefa das mais instantes e valiosas da Comunidade Luso-Brasileira.

As lacunas que atrás citamos são, a nosso ver, fáceis de preencher, desde que as duas Nações se compenetrem da sua urgência, do seu alcance e da sua necessidade.

A criação de Escolas parece ser inadiável, pois a falta delas desde logo impossibilita o conhecimento e o desenvolvimento da Língua junto dum núcleo migratório importante, onde a desnacionalização das crianças, através dos ensinos do país onde vivem, é rápida e definitiva.

É à Comunidade Luso-Brasileira que cumpre criar este quadro de professores itinerantes da Língua Portuguesa, que se poderiam e deveriam formar em centros de estudo comuns aos dois Países. Embora as associações locais de emigrantes possam subvencionar este ensino, ele deve principalmente ficar a cargo dos dois Estados interessados — Portugal e Brasil — por serem

elementos primordiais da expansão da Comunidade.

XV

INTERESSES COMUNS LUSO-BRASILEIROS

Quando, há tempos, tive a honra de ser recebido na Academia Brasileira das Letras e aí, a pedido dos nossos Confrades, fiz o meu rápido depoimento sobre as relações luso-brasileiras, tive o ensejo de expor, como verdadeira questão prévia, questão de base ou questão de fundo, a seguinte tese:

Como qualquer acordo ou contrato de direito público ou de direito privado, os Acordos Luso-Brasileiros valem não só pela autonomia da vontade dos contratantes, mas também pelo reconhecimento mútuo de uma equivalência de prestações e de interesses.

Por outras palavras: não podemos defender a existência de uma Comunidade luso-brasileira apenas baseados no factor histórico, no predomínio de sangue português em tantos nacionais do Brasil ou na existência, em terras de Vera Cruz, de importantes núcleos migratórios portugueses. Para além destes factores, cuja importância não desconhecemos, é necessário comprovar claramente a existência de um conjunto importante e insubstituível de interesses que a cada um dos

outorgantes aconselha a manutenção e execução dos Tratados.

Ora esses interesses devem alargar-se no campo económico; em muito grande medida poderão ser no domínio cultural; mas podem e devem ser decisivos e poderosos, como vamos ver, no domínio da política internacional.

Para que a Comunidade Luso-Brasileira seja uma realidade duradoura tem que haver, antes do mais, uma Comunidade de interesses estáveis, e esses encontramo-los efectivamente nos antecedentes históricos e na identidade da língua, assim como nas afinidades de raça, religião, certos usos e costumes.

Para além deste fundo comum, existem, porém, para cada um dos parceiros, vantagens substanciais.

Portugal, no seu conjunto territorial, não ocupa extensas terras do globo, nem é habitado por grandes massas populacionais; mas, como já vimos, detém posições intercontinentais de excepcional valor e autênticas chaves de circulação internacional. A associação com o Brasil vem dar-lhe a grandeza territorial e demográfica que lhe falta. Os dois, juntos, formam desde logo um conjunto de noventa a cem milhões de seres humanos, o que, na política espacial do presente, é já um aglomerado importante.

Além disso, integrados numa Comunidade, nós, os Portugueses, passamos automàticamente

a ter posição no vasto conjunto do continente americano e, de certo modo, comparticipamos na posição de liderança que o Brasil já hoje possui em toda a América do Sul.

Por outro lado, a adesão do Brasil — dessa grande Nação que já hoje pesa no mundo — na defesa intransigente do conjunto territorial português, é importante, como já vimos por ocasião do chamado caso de Goa e no decurso de alguns debates que se desenrolaram nas Assembleias Gerais das Nações Unidas.

A Comunidade Luso-Brasileira é, portanto, para Portugal, factor de expansão política, de revigoramento internacional e de formação de organização que devemos acarinhar, desenvolver, robustecer.

Mas em que medida esta Comunidade pode ser útil, necessária, verdadeiramente profícua para o Brasil?

A meu ver, a necessidade e a utilidade resultam do facto de a Comunidade poder dar ao Brasil a pluricontinentalidade e a universalidade de posições que lhe faltam. É por meio da Comunidade Luso-Brasileira que o continente americano em geral e em especial os países da América Latina podem obter apoio imediato e contacto directo com as mais diversas terras africanas e asiáticas.

Se é certo que integrados dentro da Comunidade e dentro das regras da quase-nacionalidade,

os Portugueses serão os Brasileiros da América, os Brasileiros passarão, por um tal sistema, a ser os Portugueses do Mundo.

Porém, para que Portugal possa, por um lado, valorizar a sua posição na Comunidade Luso--Brasileira e, por outro lado, apresentar-se perante o Mundo, na plenitude das suas potencialidades, torna-se indispensável, a meu ver, realizar-se aquilo a que poderemos chamar, à falta de uma melhor expressão, «Um Breve Inventário dos Recursos Portugueses do Mundo».

É evidente que não é em rápidas palavras, proferidas em escassos minutos, que tão vasto assunto pode ser exposto ou debatido. O meu propósito é apenas aflorá-lo, em brevíssima Introdução, e suponho que o faço na mais alta tribuna nacional e em momento o mais oportuno.

XVI

RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO--BRASILEIRAS

Quando se fala de relações comerciais luso--brasileiras, é forçoso reconhecer que se está em presença de problema difícil e complexo, mas que se pode resumir nestes termos: similaridade de certos produtos de exportação e consequente falta de diversidade ou complementaridade de coisas susceptíveis de intercâmbio.

A composição tradicional dos dois mercados alterou-se com o decurso dos tempos.

Portugal vai perdendo gradualmente no Brasil o seu mercado tradicional de vinhos, não só pela competição séria que lhe fazem os produtores brasileiros, mas também os outros países vinícolas mundiais. Parece que no Brasil vai agora produzir-se em larga escala o vinho da Madeira... perdão, o tipo Madeira!

Outros produtos que a Metrópole portuguesa colocava tradicionalmente naquele mercado — o azeite de oliveira, os bordados, as cortiças, as resinas, as conservas, vão entrando difìcilmente, por falta de consumo e também... falta de divisas por parte do importador brasileiro.

Durante muitos anos debateu-se entre os dois países o problema da constituição, em Lisboa, de uma zona franca destinada às principais produções brasileiras, que daqui fizessem o seu ponto de partida para a distribuição europeia. Como tantas outras ideias generosas e interessantes, também esta morreu em puro verbalismo ou naquilo que, em linguagem popular, se diz: conversa fiada...

Na conjuntura actual, porém, novas perspectivas estão a surgir em virtude da intensa industrialização em que Portugal e o Brasil se têm lançado. É muito possível que se possa aqui encontrar a diversidade e a complementaridade a que atrás me referi. Mas, em qualquer hipótese,

o problema é de difícil solução, enquanto se não equilibra a situação financeira do Brasil e a sua moeda não ganha estabilidade, potência e valor da troca.

Um domínio há, porém, em que certamente muito há que fazer: é o do comércio do livro.

Como todos sabem, Portugal ocupou, durante séculos, posição predominante no mercado do livro brasileiro, posição que tem estado gradualmente a perder. Porquê?

Em primeiro lugar, pela extraordinária importância que tomou, dentro do Brasil, como era natural, o próprio livro brasileiro. Em seguida, pela séria competição de outras nações grandes produtores de livros como os E. U. A., a França, a Itália, a Espanha, a Argentina.

A estas circunstâncias se devem juntar novas causas directas e indirectas: a quase completa ausência de distribuidoras do livro português no Brasil, o desinteresse pela nossa produção da parte dos livreiros brasileiros, a escassez de divisas e a viciosa forma de atribuição de contingentes e de quotas, as dificuldades de transporte, a morosa lentidão e incerteza de pagamentos.

A causa fundamental consiste, porém, no duplo facto de não serem conhecidas no Brasil as poucas, mas realmente boas obras literárias ou científicas produzidas em Portugal e não interessarem ao público brasileiro as edições inferiores que entre nós se vão fazendo, desde a baixa

novela policial até à antologia que todos os dias viola os direitos do Autor e a lei da propriedade literária.

O público brasileiro tornou-se naturalmente exigente em todos os domínios da cultura. A nossa actual produção literária é insignificante perante a extensa teoria de poetas, romancistas, novelistas e ensaístas brasileiros modernos. Para mais, Portugal, no puro plano literário, vive ainda, para uma grande parte do público brasileiro, no tempo de Eça de Queirós.

Em muitos outros sectores, o Brasil julga, por vezes sem razão, que nada tem a aprender com Portugal.

Há todavia alguns ramos de cultura em que poderíamos dar-lhe contribuição interessante. Refiro-me aos estudos jurídicos, à riqueza documental dos nossos arquivos para os historiadores brasileiros, às obras de análise e investigação económica, aos trabalhos de estatística, de economia, de africanologia, de orientalismo.

Mas, para se conquistar o público brasileiro, seria necessário criar-se o ambiente cultural propício, pois os livros penetram não só pelos assuntos, mas também pelo renome dos seus autores.

A ida ao Brasil de escritores, poetas, juristas, economistas e cientistas portugueses modernos, mas de indiscutível valor, teria alto alcance, desde que enviássemos não só titulares de obra meritória, mas ainda desde que esses verdadeiros mis-

sionários do espírito partissem sem qualquer rótulo de enviados do Governo ou agentes de propaganda. Apresentando-se perante os intelectuais do Brasil, apoiados numa imprensa que é, quando o quer ser, gentil e acolhedora para os Portugueses, os Autores tornar-se-iam conhecidos, e a introdução das suas obras seria então muito mais fácil.

Não há dúvida que, em certa medida, os Colóquios Luso-Brasileiros têm procurado realizar esta tarefa. Mas há que ir mais longe, muito mais longe!

Paralelamente, as condições comerciais carecem de completa revisão. O editor português tem de se habituar à ideia de que assentando o negócio do livro no Brasil, em grande parte, no chamado sistema crediário, terá que exportar em regime de consignação e não em venda firme. Mais ainda: tem de aceitar livremente o sistema mundial da devolução do livro, pois se nenhum editor pode suportar por muito tempo o terrível peso dos seus próprios livros que se não vendem, muito menos suporta o encargo dos livros que pagou e não consegue colocar.

Portugal deve também pensar em criar no Brasil não só, como já disse, distribuidoras, mas também editoriais.

Enfim, há que pensar sèriamente na actividade editorial conjunta dos dois países ou, pelo menos, em obras ou colecções realizadas por Au-

tores das duas origens, que mantenham entre as duas culturas um diálogo permanente, vivo, interessado, compreensivo, que de forma alguma possa parecer um dueto de músicos desafinados ou uma conversa de surdos.

XVII

OS RECENTES ACORDOS LUSO-BRASILEIROS

No decurso da viagem que o Presidente do Brasil fez, há tempo, a Lisboa, foram assinados oito acordos diplomáticos que interessam às relações luso-brasileiras.

Podemos, portanto, hoje afirmar que possuímos já um conjunto importante de textos legais que definem, de uma maneira muito mais concreta que outrora, o funcionamento da Comunidade Luso-Brasileira.

Muitos destes diplomas precisam de ser comentados; outros carecem de ser esclarecidos ou ampliados. Todos necessitam, evidentemente, de ser cumpridos com fé e boa fé, entusiasmo, ânimo construtivo, espírito de cooperação e de compreensão.

As consequências que podem resultar, para

já, da aplicação deste conjunto de Acordos, é imprevisível.

Em primeiro lugar, teremos certamente que aguardar que em cada um dos dois países, leis internas venham ratificar e em certa medida regulamentar os mesmos Acordos.

Depois teremos que os examinar nas suas complexas consequências jurídicas, políticas, administrativas, económicas, sociais.

As consequências no domínio do político são para mim as mais lógicas e fáceis, ainda que eivadas da instabilidade que caracteriza a política mundial de momento. Para nós, é de valor inestimável a aceitação, por parte do Brasil, do princípio da unidade política portuguesa dentro da concepção de uma Nação multicontinental e plurirracial.

O que resultará da convenção sobre a dupla nacionalidade ou talvez a quase-nacionalidade? Desde logo me parece que terá consequências importantes para os Portugueses que vivem no Brasil.

O princípio da equivalência de ensinos é matéria que carece de ser atentamente regulamentada. Como se sabe, há uma grande disparidade entre os dois países, nesta matéria. Por exemplo, não me parece justificado nivelar diplomas de certos cursos superiores que, de facto, têm estrutura e nível muito diferentes quando se comparam nos dois países.

Quanto ao exercício de profissões, julgo que a experiência é de tentar. No vasto conjunto territorial que forma a Comunidade, há ainda lugar para muita gente.

Muito importante pode vir a ser o Tratado luso-brasileiro de cooperação em matéria penal. Ninguém ignora como era penosa a situação anterior por falta de um tratado de extradição com o Brasil.

Quanto à mútua representação diplomática, esperemos que isto permita um contacto indirecto de Portugal com certos países com os quais não temos relações políticas, mas com alguns dos quais — como, por exemplo, a China Vermelha — teremos certamente um dia que conversar.

Enfim, as facilidades em matéria de vistos e de turismo, assim como quanto à assistência judiciária, têm seguramente vantagem e interesse.

Quando se compara o regime legal agora criado para os cidadãos da Comunidade Luso-Brasileira com o que vigora para os indivíduos e para os povos das Comunidades Britânica e Francesa, devemos reconhecer que, nesta matéria, soubemos ir mais longe de que os outros, em muitos domínios.

Pela nossa parte, Portugal e Brasil foram capazes de se integrar ràpidamente na política de grandes espaços ou na formação de amplas

zonas políticas que as grandes Nações aconselham.

Mas que tal sirva de exemplo não só ao resto da América Latina, como também a esse vasto continente africano, cujo mapa político ameaça ser uma autêntica manta de retalhos.

XVIII

INVENTÁRIO DOS RECURSOS PORTUGUESES NO MUNDO

Quando se procura esboçar um Inventário dos Recursos Portugueses no Mundo, não há que pôr pròpriamente qualquer problema territorial. As terras que vivem nos vários continentes sob o signo da Bandeira Portuguesa encontram-se delimitadas e definidas em Tratados de fronteiras, exceptuado Macau. A legitimidade portuguesa quanto aos enclaves nacionais, tais como a Cabinda, Dadrá e Nagar-Aveli, está hoje jurìdicamente reconhecida. Quando se fala, porém, de posições do Mundo Português, não devemos deixar de mencionar dois aspectos: o primeiro é a disseminação, em todas as partes do mundo, de padrões e monumentos portugueses e até de velhos canhões e peças militares cujo arrolamento seria muito interessante realizar; o segundo é a toponímia Portuguesa espalhada em todos os cantos da terra, assunto já recentemente

abordado pelo nosso confrade Com. Teixeira da Mota.

Ao lado deste duplo inventário arqueológico e toponímico há, porém, que estudar sèriamente três problemas:

1.º — As condições em que se encontram espalhados pelo mundo os núcleos portugueses ou de origem portuguesa ou de religião portuguesa.

2.º — A assistência a prestar a tais núcleos e o modo de os coordenar com o Portugal europeu e ultramarino.

3.º — Consequências políticas, económicas e sociais desse movimento coordenador para a Comunidade Luso-Brasileira.

Segundo as informações estatísticas publicadas no Brasil, o número total dos colonos portugueses não excede 700 000; mas se considerarmos os que já adquiriram a nacionalidade brasileira ou são de ascendência portuguesa, podemos computar num milhão de Portugueses de origem ou de linha directa, os que se encontram actualmente em terra brasileira.

A obra que realizaram é ainda hoje notável, no campo exclusivamente português. Ninguém ignora a importância do Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, com a sua magnífica Biblioteca, e a grandiosa acção do Liceu Literário Português, com o seu Instituto Afrânio Peixoto, do qual sou desvanecidamente sócio de

honra. A acção desenvolvida pela Federação é altamente meritória.

Ninguém desconhece a extraordinária importância da Beneficência Portuguesa no Rio e em S. Paulo e a das numerosas associações lusitanas espalhadas por todo o Brasil.

A valiosíssima acção dos Portugueses necessita, porém, de ser auxiliada pelas entidades oficiais, principalmente no domínio cultural. Aliás para Portugal, o problema cultural é o mais urgente e o mais grave, nas suas relações com o Brasil de hoje. Estamos sèriamente ameaçados de ser, neste domínio, batidos por outros países europeus, designadamente pela França e pela Espanha.

Segundo dados recentes, devem orçar por cerca de 300 000 os Portugueses e Luso-americanos disseminados pelos E. U. A., na sua grande maioria de origem açoriana, madeirense e cabo-verdiana. Durante as cinco viagens que já realizei pelos Estados Unidos, havendo pràticamente atravessado todo o continente, tive ensejo de ser acolhido e recebido por milhares de Portugueses, nas suas próprias associações, clubes e escolas.

A grande maioria sente-se abandonada por Portugal, e muitos me diziam que de Portugal só possuíam a sempre vaga, mas sempre enternecida saudade e a imagem, em suas casas, de N.ª S.ª de Fátima...

Ora, estes importantes núcleos portugueses

poderiam ser poderosos agentes não só da nossa expansão cultural, mas também da comercial. Para isso seria, em primeiro lugar, indispensável enviar um importante contingente de professores primários, que, ligados aos professores primários e secundários brasileiros, pudessem manter o ensino da língua portuguesa em escolas que o Governo dos E. U. A. está sempre disposto a abrir e manter. Depois haverá que desenvolver as relações culturais luso-americanas em plano muito mais vasto do que o que se refere aos chamados Colóquios Luso-brasileiros. Em quase todos os «Latin-American Departments» das Universidades norte-americanas, embora haja por vezes colaboração do Brasil, nota-se a quase completa ausência de Portugal.

Mas no vasto continente, além dos núcleos principais de Portugueses que são naturalmente as colónias do Brasil e dos Estados Unidos, temos de considerar outros centros interessantes.

Apesar do Uruguai ser um pequeno país, fui aí encontrar não só inúmeros padrões portugueses, mas numerosos patrícios, alguns dos quais ocupam posições de relevo no comércio e na indústria, sendo a eles que se deve a introdução das cortiças portuguesas, em competição com as espanholas. Outro país onde se encontram vestígios históricos de Portugal, e a presença de núcleos de emigrantes, é no Paraguai.

Já tive a honra de ser recebido pelo impor-

tante Clube Português de Buenos Aires, cidade onde se encontram para cima de 50 000 Portugueses. A produção e o comércio de flores estão pràticamente nas mãos da nossa gente. Outros núcleos acham-se disseminados por Mendonça, La Plata, Santa Fé. Enfim, não são poucos os padrões históricos portugueses no Chile, na Bolívia, na Colúmbia, no Peru e no México. Mas mais importantes do que isto são certamente os núcleos portugueses que se encontram na Venezuela (cerca de 50 000), nas Antilhas Holandesas (especialmente Curaçau e Antígua), a recente formação dos núcleos migratórios portugueses no Canadá, enfim os 5000 de Alasca e os 30 000 das ilhas Hawai, e da Guiana Inglesa (15 000).

XIX

PORTUGAL EM ÁFRICA

É completamente desnecessário falar das posições portuguesas ou dos núcleos portugueses no Continente Africano. Em África tudo evoca e recorda Portugal. Toda a orla litoral está semeada de feitorias, fortalezas, igrejas, padrões nacionais. Mesmo fora dos territórios que estão sob a bandeira pátria, constituindo já hoje uma larga teoria de nações independentes, encontramos referências portuguesas através de núcleos migratórios importantes, — em Zanzibar, na Tanganica, no

Quénia, em Fernando Pó, em Marrocos — há frequentes indicações toponímicas e até dos nomes próprios de alguns dirigentes africanos, tais como Senghor (corrupção de senhor) Olímpio, Pinto, etc. Não vale a pena referir, tão conhecida é, a ligação histórica de Portugal com a Etiópia. Os recentes acontecimentos puseram em evidência aquilo que já sabíamos — a grande importância que tem a colónia portuguesa do antigo Congo Belga. Podemos acrescentar que em todas as nações africanas encontramos núcleos valiosos de Portugueses, oriundos da própria África ou da Madeira, dos Açores ou de Goa, mas todos exercendo profissões e actividades importantes, conhecidos pelas suas qualidades de educação e de cultura, de integridade moral e ardente fé católica. Fora da África Portuguesa, devemos encontrar para cima de 500 000 Portugueses. Todos os que tenham passado pelas cidades inglesas africanas, sabem que os Goeses, em grande parte, aí edificaram e nelas ocupam posições dominantes, sem perderem a sua nacionalidade, por vezes com sacrifício de carreiras e situações burocráticas.

No complicado xadrez africano actual, os núcleos migratórios nacionais, formados indiscriminadamente por Portugueses africanos, europeus

ou goeses, podem vir a desempenhar função importante.

As novas Nações Africanas, na sua grande maioria, não possuem quadros de Administração, nem escol de técnicos ou profissionais livres. Muitos Portugueses idos da Europa, de Goa, de Macau ou de Cabo Verde, podem prestar neste domínio assistência importante. Por outro lado, é um facto incontestável que o Português tem uma aptidão especial para lidar com as massas negras, e o seu enorme capital de experiência permite-lhe ser útil para as novas Nações, que não podem viver dentro de um novo racismo de cor, antes precisam de tentar a conciliação das Raças, tal como a conseguiram os Portugueses no Brasil, em Angola e em Moçambique.

A multiplicidade de posições portuguesas e de núcleos demográficos originários de Portugal no Médio Oriente, no Oriente pròpriamente dito ou no chamado Extremo-Oriente, é muito vasta.

XX

PORTUGAL NO CONTINENTE ASIÁTICO

Ao longo do Golfo Pérsico, nas cidades de Baras, Abardan, Kowei, Bandar Abas e outras do Iraque, do Irão, da Arábia Saudita, do Yemen, de Aden, milhares de Portugueses de Goa tra-

balham sobretudo nas refinarias de petróleo. Algures, os que vivem e mourejam, por exemplo, em Bandar Abas, podem olhar e contemplar a ilha de Ormuz, que Albuquerque considerava o diamante do seu Império ou a fortaleza de Mascate, hoje pertencente ao sultão de Oman. A presença portuguesa continua em todo o imenso continente asiático. Vamos encontrá-la em Colombo, no Paquistão (só em Karachi para cima de cem mil Portugueses), na União Indiana (onde, em condições difíceis, se mantêm fiéis e orgulhosos da sua origem inúmeros patriotas), enfim, núcleos de Goeses que vivem na Tailândia, na Birmânia, no Sião. O caso de Malaca, onde ainda se fala o *Papiá*, é impressionante. Por outro lado, em todas as linhas do Japão encontram-se vestígios de Portugal e não são poucos os Portugueses de Macau que labutam e trabalham em Hong-Kong, muitos obrigados a abandonar a China, onde durante anos se exerceu a nossa acção missionária e padroeira, sob a sombra tutelar de S. Francisco Xavier.

Todas estas terras, todas estas gentes terão que entrar no activo da Comunidade Luso-Brasileira. Mas não há activo possível sem prévio arrolamento e inventário, e por aí teremos que começar.

Terminada a nossa obra de expansão política, cabe a nós, Portugueses e Brasileiros, congregar

e coordenar todos estes valores dispersos pelo Mundo e que podem ser poderosos agentes de expansão cultural e económica.

Não há apenas que estudar, no conhecido título de Gilberto Freire, o mundo que o Português criou; há também que cuidar do mundo que aos Portugueses está ligado. Numa palavra: parece-me que há que pensar um pouco, dirigindo-lhes uma palavra de simpatia ou uma mensagem de amizade, nesses parentes próximos ou afastados da velha família portuguesa. É também com eles que se fez e se continuará a fazer, pelos séculos fora e pelo vasto mundo da velha Pátria Portuguesa, a grandeza e a imortalidade de Portugal.

XXI

NÚCLEOS MIGRATÓRIOS PORTUGUESES

Quando se fala dos Portugueses do Mundo é-se naturalmente levado a esboçar o problema da emigração portuguesa.

Em tempos que já lá vão, este problema podia ser considerado como o mais grave e o mais complexo da economia portuguesa. Certamente por este motivo, há cinquenta anos dois professores universitários — os Doutores Afonso Costa e Fernando Emídio da Silva — escolheram um

tal assunto para tema das suas dissertações de concurso.

É que a questão nessa altura punha-se, nas suas linhas gerais, nestes termos: Portugal, todos os anos, exportava algumas dezenas de milhares de indivíduos para os mais diversos pontos do globo, mas sempre predominantemente para o Brasil, por dois motivos fundamentais: o primeiro, aliviar a metrópole, em plena economia de subsistência, de inúmeras bocas difíceis de alimentar, e o segundo a perspectiva de remessa de dinheiro, por parte dos emigrantes, como elemento compensador de uma balança de pagamento incessantemente deficitária.

Com razão chegaram a dizer alguns escritores que esta exportação anual de carne humana com o respectivo sangue, era uma sangria que esgotava gravemente o corpo, já de si anémico, da economia nacional e tornava difícil qualquer obra de fomento.

Em verdade, anos houve — como, por exemplo, o de 1912 — em que saíram de Portugal cerca de 80 000 indivíduos, fugidos da miséria, quase tudo gente dos campos, na sua maior parte analfabetos, muitos ignorando o seu destino e as suas crises cíclicas de desemprego rural e a falta de uma industrialização capaz de absorver mão-de-obra que se visse, foram as causas principais desta triste situação.

Calcula-se que no decurso de um século, mais

de dois milhões de Portugueses terão deixado o País para se fixarem no estrangeiro.

Nos últimos trinta anos a situação modificou-se radicalmente. Por um lado, o crescimento económico nacional possibilitou um maior emprego e, por outro, as dificuldades financeiras de certos países de destino no que dizia respeito a transferência de divisas, constituíram dificuldade séria para muita gente.

A estes factos juntou-se a acção intervencionista do Estado. Ao emigrante passou-se a exigir um conjunto de requisitos pessoais, como, por exemplo, o exame de instrução primária, e, em certos casos, a carta de chamada, os contratos de trabalho, e a garantia de que subsidiará a família que criou e deixou em Portugal.

Apesar de tudo, os emigrantes continuaram a sua rota tradicional para o Brasil, numa média de 20 000, nos últimos cinco anos.

Três novos factos, porém, vieram modificar este panorama: são os dois recentes e prometedores destinos dos emigrantes portugueses — a Venezuela e o Canadá e a recente emigração para alguns países da Europa Ocidental.

Como todos sabem, depois da segunda guerra mundial, a Venezuela abriu as portas à emigração portuguesa e ràpidamente ali se formou um núcleo importante de cerca de 45 000 Portugueses, em grande parte provenientes da ilha da Madeira.

Graças à nossa Junta de Emigração, evitou--se a exploração do emigrante em matéria de contratos de trabalho. Actualmente os Portugueses criaram na Venezuela uma posição interessante, sendo conhecidos pelas suas qualidades de trabalho, honestidade e espírito familiar. Sem os Portugueses — dizia-me, recentemente, um diplomata venezuelano — não teríamos todas as manhãs em Caracas, com rigorosa pontualidade, nem o pão, nem o leite, nem o jornal...

A emigração de portugueses para o Canadá encontra-se ainda na sua fase inicial. Na grande maioria, é originária dos Açores e, embora ida dos campos, a sua aspiração suprema é o abandono da Agricultura, para se dedicarem a outros misteres, ainda que mais duros. Nem sequer a moderníssima exploração agrícola canadiana os pode tentar, pois em vez de se fixarem no trabalho da terra, preferem as árduas tarefas da construção de caminhos de ferro, em regiões quase inacessíveis e de inverno rigoroso.

Porém, o comportamento desses Portugueses enviados ao Canadá, tem-se revelado excelente, em grande parte devido à selecção feita no recrutamento do emigrante.

Ao passo que os operários especializados vão encontrando preferentemente trabalho nas áreas de Mont'Real, Quebec e Toronto, os agricultores fixam-se sobretudo na província de Ontário.

Fenómeno recente, da maior relevância, é a

crescente emigração de operários portugueses para França, Alemanha e Suíça, em virtude da falta de mão-de-obra com que lutam estes países.

O Mercado Comum deu, como se sabe, extraordinário impulso ao desenvolvimento industrial franco-alemão.

Aliciados hàbilmente, os emigrantes seguem pela via legal ou clandestina, em grande escala, com grave prejuízo para as necessidades da mão-de-obra nacional.

Mas as diferenças de condições de trabalho e de remuneração, entre os dois países, é tão grande, que o problema só pode ter solução numa melhoria radical do regime actual de salários e regalias do operariado português.

Quando se fala da emigração portuguesa, há, porém, que não esquecer os enormes contingentes que para ela fornecem ainda hoje os Portugueses do Ultramar.

As precárias condições em que decorre a vida económica de quase todas as ilhas de Cabo Verde lançou os seus filhos à busca de novas terras em que lhe dêem o pão e trabalho. Fui encontrá-los, muito apreciados, nas Antilhas Holandesas e Francesas, na União Sul-Africana, nos Estados Unidos, quase sempre entregues às práticas da pesca e da navegação. Os núcleos de negros por-

tugueses de Angola constituem grupos importantes nos Congos vizinhos, nas Rodésias, em todo o sudoeste africano.

Como todos sabem, Moçambique continua a fornecer (embora o deva deixar de fazer) valiosos núcleos de trabalhadores para as minas do Rand.

Mas o movimento mais extenso e interessante é o dos Goeses. Sem perder a sua fé, sempre orgulhosos da sua qualidade de Portugueses e de Católicos, os filhos de Goa estão pràticamente espalhados nas cinco partes do mundo.

Ainda hoje a grande maioria de marítimos, das linhas de navegação comercial britânica, são Goeses que de longa data estão habituados às fainas do mar. Em muitos países do Oriente e do Extremo-Oriente desempenham funções importantes na indústria, no comércio, nas profissões liberais, até na Administração Pública e no alto Clero.

Por outro lado, vamos encontrar Portugueses de Macau, em muitas cidades da China, do Japão, da Malásia e da Indonésia, além dos que, com nomes portugueses, exercem hoje funções importantes em numerosas cidades orientais, como Colombo, Rangoon, Singapura, Bombaim, Madrasta, Calcutá.

★

Por muito tempo, este moviment omigratório português vai continuar. O que é impressionante é que o Português, mesmo fixado, a título definitivo, em terra estrangeira, não se dispõe a perder a sua nacionalidade, nem a renegar a sua origem.

A este propósito conhecemos casos impressionantes. Nos Estados Unidos, no Brasil, na União Indiana e em países africanos estrangeiros, fomos encontrar Portugueses fiéis à sua nacionalidade com sacrifício de interesses pessoais e familiares consideráveis.

É evidente que não basta que Portugal acompanhe o emigrante até ao seu local de destino e que aí o entregue à protecção das nossas autoridades consulares. A obra a realizar é muito mais vasta e é extremamente urgente, na maioria dos casos.

O primeiro cuidado a tomar é, sem dúvida, o de manter o culto da história e da língua pátrias, por intermédio de escolas, centros culturais e sociais, emissões radiofónicas, imprensa, viagens periódicas a Portugal, contacto de missões portuguesas junto dos núcleos fixados no estrangeiro.

O país estrangeiro em que se vive e se trabalha exerce sobre nós influência compreensível e absorvente.

Apesar disso, fomos encontrar, mesmo nos E. U. A. e no Brasil, Portugueses imbuídos do mais puro e desinteressado amor-pátrio, muitos lamentando-se da sua triste sorte de estarem não só desligados, mas abandonados por Portugal.

Uma constante mensagem que Portugal lhes possa levar, é serviço inestimável.

O meu perfeito conhecimento de tantos núcleos portugueses, no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos, em África e na Ásia, permitem--me formar acerca desses Portugueses uma ideia bem nítida e bem actual.

Por ali onde passa ou se fixa, o Português deixa a impressão de trabalhador, honesto, crente, afável, educado, humano. A estas qualidades junta-se o sentimento de família e um profundo senso moral.

Este conjunto de qualidades prolonga-se aliás através de gerações e vamos encontrá-las entre os chamados Luso-brasileiros e Luso-americanos.

Acima de tudo, esta gente alegra-se e entristece-se quando as coisas em Portugal melhoram ou pioram. Mas, indubitàvelmente, o sentimento de origem é neles muito forte e indelével e factor apreciável para a expansão de Portugal no Mundo.

Porém, o que torna difícil qualquer acção de conjunto em relação a todas estas colónias portuguesas, é a sua enorme dispersão e a falta de ligação permanente com Portugal.

Mas esta dupla causa pode ser ràpidamente eliminada pelos numerosos meios de comunicação espiritual que o progresso técnico facilita: o livro, a revista, o jornal, a emissão radiofónica e de televisão, o disco, o filme, a conferência, o teatro.

Todos estes meios de penetração cultural devem efectivamente ser utilizados em sábia dosagem e dentro do critério da mais rigorosa selecção. Para todos eles, a receptividade dos Portugueses no estrangeiro é sempre grande, mas é evidente que eles se sentem humilhados quando o que Portugal lhes manda como mercadoria do espírito, traz em si própria a triste marca da inferioridade e da mediocridade.

VAMOS DAR A VOLTA AO MUNDO FALANDO A LÍNGUA PORTUGUESA

XXII

Vamos dar a volta ao mundo falando a Língua Portuguesa... Seja-me permitido, em primeiro lugar, justificar este título, afirmando que se não trata de uma mera frase de propaganda ou de uma simples flor de retórica. Ela corresponde, de um certo modo, a um compromisso de ordem moral!

Quando, em 1956, estive no Brasil, tive a honra de ser recebido pea Academia nossa congénere com o carinho e também com o esplendor com que ela sabe acolher os seus confrades portugueses.

Recordo-me de que fui convidado pelo então Presidente da Academia, o Prof. Peregrino Júnior, a expor, numa breve oração, o que pensava

acerca da recém-criada Comunidade Luso-Brasileira.

A Academia Brasileira de Letras, além de ser de longe a instituição científica de maior prestígio no Brasil, é, sem dúvida, o primeiro salão literário do Rio de Janeiro. A tarde que ali passei é para mim inolvidável. Como poderei esquecer os requintes com que João Neves Fontoura, Austregesilo de Ataíde, Leão Carneiro, Manuel Bandeira, Deolindo Couto, Osvaldo Orico e tantos outros me receberam, apenas porque era um académico português?

Não posso neste momento reproduzir tudo o que disse naquela sessão da Academia irmã, nem certamente Pedro Calmon seria capaz de reconstituir o formoso discurso que então pronunciou. (É que, digamos entre parêntesis, no Brasil prefere-se o orador que diz e não lê, e o Brasileiro possui como ninguém um extraordinário poder verbal, seja na eloquência sagrada, seja no discurso político, no debate jurídico ou na exposição académica).

Mas, procurando ocupar-me do tema que me foi proposto — A Comunidade Luso-Brasileira — recordo-me de que afirmei, em síntese, o seguinte: A Comunidade Luso-Brasileira é uma realidade jurídica e política que os nossos dois povos devem entusiàsticamente aceitar. Ela possui importantes antecedentes históricos e baseia-se em afinidades étnicas indiscutíveis.

Mas para além destes fundamentos históricos e étnicos, os dois países apresentam um capital inicial comum, que se pode contabilizar sob a forma seguinte: 1.º) Ambos foram os arautos e são os defensores do princípio da não segregação racial e do livre cruzamento de europeus e africanos. Por isso o Brasil tem sido considerado pela própria UNESCO como a experiência sociológica mais interessante neste domínio da mestiçagem. 2.º) Ambos os países apresentam uma unidade religiosa sob a égide do Catolicismo, e ninguém ignora que daí resultam consequências políticas importantes, pois ambas as Nações não podem, por tal motivo, deixar de enfileirar no anti-comunismo. 3.º) É indiscutível a existência de um património comum — a Língua Portuguesa, hoje falada por cerca de 100 milhões de indivíduos.

Foi ao abordar este último aspecto — o da Língua Portuguesa — que afirmei, aludindo à universalidade e difusão de núcleos portugueses no mundo, que não seria difícil dar um dia a volta ao mundo falando a nossa língua. Recordo-me de que esta simples frase provocou interesse entre as altas figuras que então me ouviam como, por exemplo, o Embaixador Macedo Soares, que ao tempo, chefiava o Itamarati.

É principalmente a estes eminentes colegas brasileiros que venho agora trazer a prova tes-

temunhal do que então afirmei, através de um rápido depoimento pessoal.

Efectivamente, a viagem de circum-navegação aérea que há pouco realizei, no decurso de uma missão oficial a Macau, permitiu-me entrar em contacto com importantes núcleos portugueses disseminados pelo mundo e com eles falar a nossa língua, iniciando um diálogo que gostaria que outros continuassem.

Os primeiros grupos humanos de origem portuguesa com que entrei em contacto foram os dos judeus de Ankara, Smirna e Istambul.

A Turquia é a nação que conta maior número de judeus, tanto na parte europeia como na asiática; são os sefardins, muitos dos quais pertencem à sinagoga portuguesa.

Estes núcleos judaicos estão espalhados em muitos países; o seu estudo está feito nas obras de Mendes dos Remédios e Ângelo Pulido Fernandes; todos nós os encontramos espalhados por esse mundo fora, conservando ainda apelidos portugueses — Castros, Ferreiras, Barros, Sousas, etc. Alguns falam entre si o português, não só para manterem uma tradição e para respeitarem o texto de orações religiosas, mas também como meio de defesa contra a língua do país em que vivem.

Outro núcleo importante de pessoas que falam o português, o que me surpreendeu, é o que se encontra na Síria, por virtude dos constantes con-

tactos migratórios com o Brasil. Aliás em todo o Médio Oriente — no Iraque, na Jordânia, na Arábia Saudita, no Koweit, no Sultanato de Yemen, em Adém — são inúmeras as colónias de goeses, muitos dos quais conservam a nacionalidade portuguesa e falam ou compreendem perfeitamente o nosso idioma. A este propósito, merece referência especial o Papiá de Macau, que o Padre Silva Rego tão proficientemente estudou.

Mais adiante, não me posso esquecer do agradável convívio que me proporcionou, nos encantadores jardins da Embaixada de Portugal, o nosso representante diplomático no Paquistão. Só em Carachi temos cerca de 40 000 Portugueses de Goa ou Paquistanos de origem portuguesa. De ascendência nacional é D. José Cordeiro, Arcebispo de Carachi e todo o seu alto pessoal eclesiástico; são filhos de Goa o Reitor e professores universitários, o Presidente da Junta de Energia Nuclear, o Director do Aeroporto, os médicos mais procurados, os advogados mais reputados.

Todos desejariam imenso que escolas portuguesas aí mantivessem o ensino da língua e o culto das coisas portuguesas. Durante horas seguidas com eles falei em Português, sem dificuldade.

Prosseguindo na minha viagem, entrei depois em contacto com os Portugueses de Bangkok,

quase todos oriundos de Macau; muitos exercem profissões interessantes e falam a nossa língua.

Que direi dos 5000 Portugueses de Hongkong? O professor inglês Morrison já estudou o Português que eles falam e que é, sem dúvida, uma forma dialectal. Aqui, felizmente, graças à iniciativa do Embaixador Eduardo Brasão, funciona, com grande frequência, uma Escola Portuguesa e existe em plena actividade o Club Lusitano. A conversa que com eles mantive deixou-me impressão excelente. Filhos de Macau, os Portugueses de Hongkong mantêm vivo o seu portuguesismo e ocupam, na importante cidade britânica da China, posições relevantes. O melhor arquitecto da grande urbe é filho de Macaenses e neto de Goeses.

Não me foi difícil continuar o meu longo diálogo nas floridas e florescentes terras do Japão. Aqui o meu contacto não foi apenas com Portugueses, mas também com os milhares de nipónicos que viajaram ou víveram no Brasil.

Que direi da surpreendente colónia portuguesa do Hawai? Cerca de 30 000 Luso-Americanos — quase todos descendentes de Açorianos e Madeirenses — povoam o formoso Arquipélago, essas terras privilegiadas da Natureza onde se casam admiràvelmente as encantadoras paisagens tropicais com a exuberância de uma garrida população mestiça, quase toda ela resultante do

caldeamento de Portugueses, Havaianos, Filipinos, Africanos, Europeus, Americanos.

Esta colónia portuguesa mantém honrosa tradição. «São trabalhadores, são inteligentes, são honestos — que mais podemos exigir deles»? — perguntava-me o Governador do Estado.

Enfim, a última fase da minha viagem decorreu no convívio com os Portugueses da Califórnia, que eu já conhecia, e os da Nova Inglaterra, a quem disse o meu adeus, num puríssimo português, antes de, num voo de jacto, alcançar novamente Lisboa.

Foi principamente com os da Califórnia que mais de perto contactei. Quero saudar os filiados da I.D.E.S. (Irmandade do Divino Espírito Santo) com a sua admirável sede em Franklin Street, a U.P.P.E.C. (União Portuguesa Protectora Madeirense do Estado de Califórnia), assim como a A.P.P.U.M.E.C. (Ass. Protectora União Madeirense do Estado de Califórnia).

Em menos de 50 dias, atravessando onze países diferentes e servindo-me de dez linhas de navegação aérea diversas, não me foi difícil dar a volta ao mundo, falando a Língua Portuguesa.

Realizar a viagem nas condições em que o fiz, é facto banal, que não merece referência especial. O importante para mim é ela poder servir de pretexto para considerações que julgo mais importantes e interessantes e que naturalmente se

relacionam com o problema da difusão da Língua Portuguesa.

O primeiro facto indiscutível a salientar é o de que não estamos isolados no mundo. Ali onde não existem Portugueses de origem, surgem os que falam Português por necessidade ou por vontade, e a esta enorme massa de gente, disseminada pelos quatro cantos do mundo, devemos acrescentar aqueles que nos olham com simpatia, com respeito, com a convicção de que somos boas pessoas — que poderosamente contribuíram para civilizar outras terras e são hoje incapazes de fazer mal ao mundo. Este capital moral é de valor inestimável, mas a flor da amizade, como todas as flores, necessita de ser regada com persistência e continuidade, para que não venha a murchar, estiolar e morrer. Por outras palavras: temos de manter contactos permanentes que nos honrem com a sua amizade. Temos que lhes dar, pela palavra, pelo livro, pelo disco, pelo filme, o documento que prove a nossa presença, o nosso pacifismo, a nossa lealdade, a nossa boa fé. Temos, sem dúvida, de lhes facilitar o culto da nossa Língua, como veículo poderoso de contacto, de afinidade e de entendimento de toda a lusitanidade.

Por onde passei, constantemente pediam-me escolas, professores, conferentes, jornais, enfim, vozes de Portugal e do Brasil. Suponho que os dois países deveriam tentar realizar em

comum esta grande obra destinada não a conquistar terras ou a receber riquezas, mas a captar almas e espalhar por elas o fulgor da civilização cristã e a valorizar um património comum.

Esta vasta obra de defesa e difusão da Língua no mundo exige, naturalmente, organização, esforço criador, conhecimento das terras e das gentes. Haverá também que estudar a riqueza de vocábulos portugueses que se espalharam pelas línguas orientais e africanas e as palavras provenientes do Oriente e do Extremo-Oriente que vieram enriquecer a nossa língua. Por outro lado, há que estudar sèriamente a contribuição que o tupi brasileiro, o creoulo cabo-verdiano e o papiamento da ilha do Coração trouxeram para o enriquecimento da Língua Portuguesa.

Reconhecer os núcleos portugueses do mundo, ajudá-los no desejo que manifestam de continuar o seu lusitanismo, é obra de interesse nacional incalculável que nem sequer é necessário justificar.

Mas esta obra deve, porém, fundamente basear-se no culto e na difusão da Língua, que é o elemento unificador por excelência não só da Comunidade Portuguesa, mas também de todo o mundo luso-brasileiro.

Os Estatutos da Academia proclamam solenemente que compete a esta instituição promover a unidade e a defesa da Língua Portuguesa.

Na medida das suas forças e dos seus recursos, tem a Academia procurado cumprir a missão que lhe foi confiada.

Ninguém desconhece os esforços despendidos por esta sociedade para que a unidade intercontinental da Língua Portuguesa ficasse assegurada através dos Acordos Ortográficos Luso-Brasileiros.

Por outro lado, os trabalhos do Dicionário, agora confiado a um competentíssimo escol de especialistas, prosseguem lenta, mas seguramente. O 1.º tomo do vol. 1.º, com cerca de 800 páginas, está concluído e neste momento em via de publicação. Para que este trabalho, porém, seja feito com a aceleração necessária, parece ser de aceitar a sugestão da Comissão do Dicionário de se criar, anexo a esta Academia, um Seminário Lexicográfico em que filólogos experimentados possam trabalhar de maneira permanente e contínua, ainda que sob a orientação dos professores universitários que outras obrigações, mormente as docentes, impedem de se consagrarem exclusivamente aos trabalhos do Dicionário.

A admirável tradição dos nossos filólogos que esta Academia bem conheceu — refiro-me, entre outros, a Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, José Maria Rodrigues, José Joaquim Nunes, David Lopes e ao sempre grande José Leite de Vasconcelos, poderá agora ser mantida se o nosso escol

actual de filólogos portugueses e brasileiros se desenvolver e se enriquecer, para o que precisará de ter — grande problema de todas as nossas actividades científicas — obreiros que trabalhem com entusiasmo e com fé e sobretudo que façam do seu trabalho uma actividade fundamental e exclusiva, mediante remuneração condigna.

Por simples curiosidade, tive há dias a honra de visitar o Centro de Estudos Filológicos que por iniciativa do Instituto de Alta Cultura vem trabalhando silenciosamente, mas a meu ver inteligente e ùtilmente. O seu fundo de Biblioteca e a magnífica Colecção de Revistas constituem precioso arsenal de material de estudo. *O Boletim de Filologia* é publicação de alto nível pela importante série de trabalhos que insere. Muitos dos ensaios que o Centro publicou e patrocinou constituem já hoje um repositório bibliográfico de alto valor.

Mas se compararmos com o que já realizou em tal matéria a vizinha Espanha, neste domínio da língua, a nossa actividade é insignificante.

A grande causa da pequenez e da lentidão destes esforços é a falta de recursos financeiros.

O Estado, absorvido em tantas despesas da Administração Pública, mitiga os seus fundos para estas obras de cultura. Talvez haja aqui um erro inicial, que é o de supor que os investimentos feitos a favor da investigação científica e da expansão cultura não tem carácter reprodutivo.

Eis uma concepção errónea, que do alto desta tribuna me permito refutar. O tesouro público não pode aumentar os seus rendimentos sem acréscimo sensível da matéria colectável, e sobre esta não pode incidir uma maior tributação enquanto um profundo vento renovador científico e técnico não altere fundamentalmente uma estrutura económica que já não é do nosso tempo. Mas a renovação científica e técnica torna-se inoperante sem um ambiente favorável criado por uma vasta cultura geral que atinja em todas as camadas a gente portuguesa.

Este complexo problema — o das relações da cultura com a Economia e as Finanças — não pode ser aqui, neste momento, devidamente tratado. É assunto que terá de ser versado noutro lugar e noutros termos, sob a designação de «Investimentos para a Educação».

Mas seja-me permitido, a propósito dele e dentro do tema que estou a versar, enunciar, apenas a título de exemplo, um caso que nos diz respeito. Refiro-me ao nosso Dicionário.

Ninguém duvida de que a actual Comissão é composta de elementos de alta tecnicidade e competência e que estão procurando realizar trabalho sério. A escassez das remunerações que a Academia lhes dá não permite trabalho intenso e contínuo, além do exercício de outras funções, como já referi.

Por este sistema, os trabalhos prosseguirão lentamente, e estou convencido que nós desceremos ao fundo das nossas sepulturas e o Dicionário completo da Academia não terá visto a luz do dia.

Para provocar aquilo a que chamamos, em Economia, a aceleração do crescimento, para conseguirmos, por exemplo, que num curto espaço de tempo, por hipótese cinco anos, possuamos o nosso Dicionário, teríamos que agir de modo diverso.

Peço que me acompanhem numas simples contas de aritmética. Admitamos que nas Faculdades de Letras se poderiam recrutar todos os trabalhadores necessários e que o encargo com eles seria da ordem, certamente exagerada, de quatro a cinco mil contos anuais. Admitamos que a impressão do Dicionário custaria 8 a 10 mil contos. A tiragem de um Dicionário Nacional, destinado a 100 milhões de pessoas, deveria lògicamente ser de 1 milhão. Aceitemos, porém, que Portugal e Brasil e os Portugueses do mundo sòmente absorveriam a décima parte daquele milhão — 100 000 exemplares. Os quatro ou seis volumes do Dicionário nunca poderiam ser vendidos a menos de um conto de réis, o que representaria uma receita global de 100 000 contos para uma despesa inicial de trinta e cinco mil.

Com este exemplo grosseiro procuro apenas dizer que é minha convicção de que este e outros

casos da vida nacional terão fatalmente de se resolver através de um investimento rápido e total, obtido, se necessário, pelo crédito, mas sempre perante um planeamento bem estudado e de um risco bem calculado.

É certo que, para se efectuar o progresso dos nossos estudos linguísticos, há que contar com o factor humano.

A recente reforma da Faculdade de Letras deu, incontestàvelmente, um passo em frente com a criação de novas disciplinas de Linguística. Mas é evidente que tal reforma, para ser eficiente, exige o alargamento do quadro do pessoal docente. Por outro lado, são tantos os Institutos que se criaram no papel que talvez não haja vantagem em manter dentro da Faculdade um Instituto de Filologia e fora dela o Centro de Estudos Filológicos.

Além disso, há, certamente, que estimular todas as reuniões e estudos de filologia românica e fazer nelas participar os Portugueses. No entender de alguns, a colaboração com a Espanha pode ser de alta utilidade.

O trabalho realizado nesta matéria pelos Colóquios Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros merece ser elogiado e continuado.

As palavras que acabo de pronunciar não são acompanhadas de qualquer espécie de autoridade

científica ou profissional. Mas bastaria a minha simples qualidade de português para que se justificasse de um modo amplo o interesse que legìtimamente sinto por todos os problemas que se ligam ao progresso científico da língua, com a sua difusão pelo mundo, com o magno problema da sua unidade intercontinental, enfim com o prestígio, que naturalmente todos desejamos seja cada vez maior.

Na Comunicação que há meses tive a honra de pronunciar neste lugar, julgo que demonstrei que para que esta Comunidade seja um facto, temos, pela nossa parte, larga obra a realizar, importantes elementos a coordenar, extenso esforço de congregação dos interesses portugueses no mundo a realizar. Reconheço que não é obra fácil esta que implica a adesão e a colaboração de muitos portugueses, além da formação de uma mentalidade ecuménica que nem todos possuem e alguns nem sequer desejam possuir, e do sentido bem vivo de se dar ao País uma posição bem definida no vasto panorama do Universo.

Mas nesta casa, onde se conhece a Geografia e a Historia, onde se podem apreciar sem paixão os altos problemas da política e da economia, onde se reúnem pessoas de alto quilate intelectual e inexcedível dignidade pessoal, nesta Academia, enfim, que, em verdade, é um antigo convento em que pessoas no fim da sua vida e da sua carreira querem naturalmente ter apenas o desejo de fa-

lar com independência sobre os problemas nacionais, a minha voz humilde terá, certamente, eco porque julgo que todos estão convencidos de que ela se ergueu hoje apenas impregnada do desejo de ver cada vez mais prestigiado e fortalecido o nosso Portugal.